
QUESTÕES SOBRE A CRISE ECONÔMICA: A ABORDAGEM MARXISTA E A CRISE DA DÉCADA DE 1970

QUESTIONS ABOUT THE ECONOMIC CRISIS: THE MARXIST APPROACH AND THE CRISIS OF THE 1970S

CUESTIONES SOBRE LA CRISIS ECONÓMICA: EL ENFOQUE MARXISTA Y LA CRISIS DE LOS AÑOS 70

Elbio Ozorio¹

<https://doi.org/10.5935/2358-3541.2025141819-pt>

Resumo

O presente trabalho analisa as origens e as consequências das crises econômicas no modo de produção capitalista, utilizando o marxismo como base teórica. Para isso, é resgatado o processo de acumulação de capital e a importância da taxa de lucro. Dentro da vertente marxista, é privilegiado o entendimento de que a taxa de lucro desempenha um papel fundamental na acumulação de capital, sendo a causa determinante do desencadeamento das crises econômicas. Em seguida, é analisada a crise de 1973 que colocou em xeque o modelo keynesiano e as alterações que sucederam e reestruturaram o capitalismo mundialmente.

Palavras-Chave: Crise econômica. Acumulação de capital. Taxa de lucro.

Abstract

This paper analyzes the origins and consequences of economic crises in the capitalist mode of production, using Marxism as a theoretical basis. To this end, the process of capital accumulation and the importance of the rate of profit are recalled. Within the Marxist strand, the understanding that the rate of profit plays a fundamental role in the accumulation of capital and is the determining cause of the triggering of economic crises is privileged. Next, the 1973 crisis is analyzed, which put the keynesian model in check and the changes that followed and restructured capitalism worldwide.

Keywords: Economic crisis. Capital accumulation. Rate of profit.

¹ Mestre em Economia (UFRGS), graduado em Ciências Econômicas pela mesma universidade.
E-mail: elbiozorio@gmail.com

Resumen

Este artículo analiza los orígenes y las consecuencias de las crisis económicas en el modo de producción capitalista, utilizando el marxismo como base teórica. Se analiza el proceso de acumulación de capital y la importancia de la tasa de beneficio. El enfoque marxista favorece la comprensión de que la tasa de beneficio desempeña un papel fundamental en la acumulación de capital y es la causa determinante de las crisis económicas. A continuación, se analiza la crisis de 1973, que puso en jaque el modelo keynesiano, y los cambios que siguieron y reestructuraron el capitalismo en todo el mundo.

Palabras Clave: Crisis económica. Acumulación de capital. Tasa de ganancia.

INTRODUÇÃO

O debate sobre crise econômica é permeado por inúmeras controvérsias dentro da teoria econômica. São diversas as interpretações sobre os motivos que levam o sistema capitalista a entrar em crise. Entretanto, é inegável que, ao observar a história do capitalismo, a crise é um elemento que se mostra sistematicamente presente (Marichal, 2016).

As causas da crise variam de acordo com a teoria econômica utilizada para interpretar a realidade. Para os fisiocratas, por exemplo, a economia tende ao equilíbrio desde que nada de estranho perturbe seu funcionamento. Os economistas clássicos, como Smith e Ricardo, buscaram explicar os fatores que estimulam ou prejudicam a acumulação de capital, como o lucro e a produtividade, e observaram que estes elementos exerciam uma forte influência sobre a acumulação. Vale notar que o início do século XIX foi marcado por uma queda de rentabilidade no setor algodoeiro inglês, o que parecia confirmar a tese de Ricardo sobre a produtividade decrescente da produção agrícola, a qual prejudicaria os lucros industriais e, portanto, a acumulação de capital na indústria. Entretanto, tal teoria perdeu sua credibilidade com o novo ímpeto de desenvolvimento das forças produtivas verificado a partir da década de 1830 (Coggiola, 2009; Hobsbawm, 2000).

Sismondi e Malthus afastaram-se do entendimento dos clássicos sobre a ideia de equilíbrio no funcionamento da economia, ou seja, deixaram de pensar as crises como fenômenos conjunturais e passaram a enxergá-las como algo intrínseco à dinâmica do capitalismo. Ambos diagnosticaram o problema da crise como

fundamentada na questão do subconsumo, portanto, em um desequilíbrio entre a oferta e a demanda (Coggiola, 2009).

Uma visão semelhante pode ser vista em Keynes (2017), onde o autor argumenta que o problema das crises econômicas é a falta de Demanda Efetiva. Após a II Guerra Mundial, sua teoria, ou, para ser mais exato, a síntese neoclássica de Hicks com o modelo IS-LM, tornou-se hegemônica para aqueles que planejavam e executavam a política econômica das principais economias capitalistas até meados da década de 1970 (Snowdon; Vane, 2005). Entretanto, com a mudança na conjuntura econômica, principalmente a partir das crises de 1973/79, a capacidade de explicar o funcionamento da dinâmica econômica por parte da teoria keynesiana diminuiu drasticamente, não se mostrando mais adequada para manter o crescimento econômico, nem a estabilidade dos preços.

A mudança de paradigma veio com a aplicação das políticas monetaristas, no final da década de 1970 e início de 1980, com destaque para a Inglaterra e os Estados Unidos. A taxa de juros, nos Estados Unidos, explodiu de 5%, na década de 1960, para 15%, com a justificativa de que isto era necessário para que a inflação cedesse e a economia voltasse à estabilidade. Um novo consenso macroeconômico começou a se formar, com os pressupostos de que o mercado era eficiente e, em termos genéricos, o papel do governo deveria ser limitado à emissão de moeda com um crescimento estável (Krugman, 2009).

Após algumas décadas, no início dos anos 2000, Robert Lucas² (2003), em seu discurso presidencial na *American Economic Association*, disse que o problema de prevenir as crises econômicas tinha sido superado por décadas, devido ao estado em que se encontrava a teoria macroeconômica. Entretanto, poucos anos depois, com o crash de 2008, o sistema capitalista demonstrou, na prática, que as políticas defendidas e adotadas pelo *mainstream* não foram efetivas para prever o surgimento de uma nova crise econômica, muito menos para evitá-la.

Percebe-se que o debate sobre as crises permanece aberto dentro da teoria econômica. Este trabalho não tem o intuito de realizar uma síntese geral desta questão, nem esgotar os pormenores de cada linha teórica, mas de fornecer a

² Economista fundador da escola dos “Novos Clássicos”, uma versão mais moderna dos monetaristas da Escola de Chicago.

explicação marxista para as crises econômicas, com enfoque na queda da taxa de lucro e, na sequência, discutir a crise econômica que marcou a década de 1970.

A ABORDAGEM MARXISTA DA CRISE

Para discutir a crise econômica é necessário adentrar no processo de acumulação de capital e na questão da composição orgânica do capital (COC). Marx (2013) apresenta esta como a proporção entre o trabalho vivo e o trabalho morto utilizados no processo produtivo; em outras palavras, a proporção entre capital constante (c) e capital variável (v) utilizados no processo produtivo. Por c , entende-se o trabalho morto objetivado, que pode ser visto concretamente nas instalações, máquinas e equipamentos, na matéria-prima, etc., enquanto v é o valor despendido com força de trabalho (trabalho vivo).

Desde o surgimento do capitalismo até os dias de hoje, é indiscutível o monstruoso avanço das forças produtivas. A evolução das forças produtivas está relacionada à busca pelo lucro e para sobreviver ao processo de concorrência. O progresso tecnológico resulta no aumento da produtividade do trabalho, sendo que ocorre um crescimento absoluto e relativo do capital constante utilizado na produção, enquanto sucede apenas um aumento absoluto do capital variável (e uma queda relativa). Ou seja, no processo de acumulação capitalista, de expansão econômica, de acordo com Marx (2013), cresce a demanda por trabalho em termos absolutos, mas diminui em termos relativos.

Tal visão, do aumento da procura por trabalho, apesar do crescente desenvolvimento tecnológico, foi fortemente criticada a partir de meados da década de 1970, com o advento da 3ª Terceira Revolução Industrial. Autores como Gorz (1982) e Rifkin (1995) apontaram que a sociedade baseada no trabalho estava chegando ao fim. Isto ocorreria devido ao desenvolvimento das forças produtivas que iriam substituir os trabalhadores por máquinas, sendo que os postos de trabalho destruídos superariam aqueles criados. Dessa forma, a sociedade capitalista entraria na era do “pós-trabalho”, em que o trabalhador comum ficaria sem função social.

Entretanto, aconteceu o contrário do que estes autores defendiam, ou seja, ocorreu aquilo que Marx apontou no século XIX: no processo de reprodução ampliada do capital, cresce a demanda absoluta por trabalhadores. Observando os dados da

principal economia capitalista no mundo, os Estados Unidos, a taxa de desemprego estava em 4,1% em junho de 2024 (BLS, 2024a), enquanto em junho de 1960 a taxa era de 5,4% (BLS, 2024b).

A fórmula do processo de acumulação de capital é descrita por Marx (2013) como $D-M...P...M'-D'$. Nela, o processo começa com uma determinada quantia de dinheiro (D) e, por meio deste, são compradas duas mercadorias específicas – força de trabalho e meios de produção. Por meio da utilização dos meios de produção pela força de trabalho, ocorre o processo produtivo (P) e é elaborada uma nova mercadoria (M'), a qual contém mais-valor. Esta mercadoria será vendida, preferencialmente, por uma quantidade de dinheiro (D') maior do que aquela inicialmente investida (D). Importante salientar que o capital é um movimento ininterrupto, ou seja, o capital só é efetivamente capital na medida em que está em movimento. Para além disso, seu ciclo não acaba em D', pois este é o ponto de partida para uma nova série. Assim, D' configura tanto o ponto de chegada como um novo ponto de partida.

A essência do capital está na dinâmica de valorização do valor, que almeja maximizar o mais-trabalho apropriado e reutilizá-lo no processo produtivo, ou seja, na acumulação de capital e na sua reprodução em escala ampliada. Portanto, é o processo de valorização que determina o processo de produção – isto é uma imposição para os capitalistas.

Marx diferencia o mais-valor absoluto do relativo como dois métodos para aumentar a extração do mais-valor. Ambos coexistem no modo de produção capitalista e um não exclui o outro. A primeira forma consiste apenas na ampliação da jornada de trabalho para além do tempo de trabalho necessário – é a base para a segunda, a qual, de acordo com Marx (2013, p. 707), “revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais”. Tal visão já era apontada de modo semelhante por Marx e Engels (2005, p. 43), quando os autores destacaram que a burguesia “não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais”. Com o objetivo de aumentar a exploração dos trabalhadores, os capitalistas investem em novas tecnologias que aumentam a produtividade do trabalho.

O crescimento dos investimentos capitalistas em máquinas, equipamentos, instalações e matéria-prima, ou seja, o aumento do capital constante, por um lado, é

resultado da busca incessante por aumentar a exploração do trabalho. Por outro lado, o aumento do capital constante deriva do próprio processo de sobrevivência frente à concorrência, tendo em vista que as empresas que investem em tecnologias mais avançadas vão produzir com um custo menor, ganhando espaço no mercado, absorvendo os capitais menos produtivos – isso caracteriza o processo de centralização do capital (Marx, 2013). Desse modo, o aumento verificado do capital constante deriva dessa dupla articulação em que o capitalista busca aumentar a exploração do trabalho e, ao mesmo tempo, sobreviver na disputa concorrencial contra os outros capitais que disputam o mesmo mercado.

Isso produzirá um duplo impacto na taxa de lucro: com o crescimento relativo do capital constante frente ao variável, no primeiro momento, a utilização de máquinas mais eficientes irá resultar em um lucro extraordinário – na medida que o capitalista em questão produz sua mercadoria abaixo do valor médio. Por outro lado, quando as inovações se generalizam neste setor, o valor das mercadorias cai e o lucro extraordinário desaparece, ocorrendo também uma queda na taxa de lucro.

A taxa de lucro é a relação entre o mais-valor (m) e o capital total adiantado, ou seja, a soma do capital constante (c) e do capital variável (v). Desse modo, a taxa de lucro l' pode ser apresentada da seguinte forma:

$$l' = \frac{m}{c + v}$$

Esta taxa ocupa um papel central na dinâmica do capital e, conforme Marx (2021, p. 298), ela “é a força motriz na produção capitalista, na qual só se produz aquilo que se pode produzir com lucro e na medida em que se possa produzi-lo com lucro.”. A partir desta fórmula, percebe-se que o aumento do capital constante (c) impactará negativamente na taxa de lucro; isto pode ser compensado, ou não, pelo aumento do mais-valor extraído. Por isso, é necessário compreender o capitalismo como um sistema dinâmico: quando ocorre o aumento da COC, dificilmente o mais-valor permanecerá constante, tendo em vista que a utilização de máquinas mais eficientes, como foi argumentado anteriormente, pode resultar na obtenção de um lucro extraordinário. Entretanto, isto cessa na medida que as inovações se generalizam nas demais fábricas.

A Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro (LQTTL), elaborada por Marx (2021), não possui um caráter fatalista, tendo em vista que existe uma grande gama

de fatores que podem contrabalancear esta tendência de queda. O aumento da massa de mais-valor, ou da taxa de mais-valor, uma queda no valor do capital constante (barateamento das máquinas e instalações), a diminuição do valor da força de trabalho, a queda dos salários (em momentos de crescimento do exército industrial de reserva, ou de enfraquecimento da capacidade de luta da classe trabalhadora), a expansão do comércio mundial, etc., são elementos que vão atenuar a queda da taxa de lucro, podendo, inclusive, aumentá-la.

Mesmo assim, é possível perceber o caráter contraditório da dinâmica capitalista: com o intuito de aumentar os lucros, por meio da implementação de máquinas e ferramentas mais eficientes (aumento do capital constante), pode resultar na queda da taxa de lucro.

Essa é uma lei da produção capitalista, lei dada pelas constantes revoluções nos próprios métodos de produção, pela constante desvalorização do capital existente acarretada por essas revoluções, pela luta concorrencial generalizada e a necessidade de melhorar a produção e ampliar sua escala, apenas como meio de autoconservação e sob pena de sucumbir. [...] Quanto mais se desenvolve a força produtiva, mais ela entra em conflito com a base estreita sobre a qual repousam as relações de consumo. (MARX, 2021, p. 284).

A queda da taxa de lucro é colocada como uma tendência, pois está relacionada à dinâmica de funcionamento da produção capitalista e é influenciada por diversos fatores, como a luta de classes. A sua análise pode ser resumida em dois elementos centrais: “a taxa do mais-valor e a composição de valor do capital” (Marx, 2021, p. 95). Seguindo essa linha, é possível apresentar a taxa de lucro (l') da seguinte forma:

$$\begin{aligned}l' &= \frac{m}{c + v} \\l' &= \frac{m' \cdot v}{c + v} \\l' &= \frac{m'}{(c/v) + 1} \\l' &= \frac{m'}{q + 1}\end{aligned}$$

Considerando:

m : mais-valor = $m' \cdot v$

m' : taxa de mais-valor = $\frac{m}{v}$

v : capital variável

c : capital constante

q: composição orgânica do capital = $\frac{c}{v}$

Essa fórmula evidencia que o aumento na composição orgânica do capital (q) deprime a taxa de lucro, supondo a taxa de mais-valor (m') constante, ou, se o aumento desta não for suficiente para contrabalancear o aumento da primeira. Dado que o aumento da composição orgânica do capital é uma necessidade (por causa da concorrência), isso atua como uma força que pressiona constantemente a taxa de lucro para baixo. De acordo com Sweezy (1976, p. 125), “a crescente composição orgânica do capital é a expressão da crescente produtividade do trabalho; por outro lado, a decrescente taxa de lucro que a acompanha deve, em última análise, obstruir os canais da iniciativa capitalista.”.

A questão central parece ser a seguinte: o aumento da produtividade ocasionado pela implementação de máquinas mais eficientes resulta, em última instância, em uma queda ou aumento da taxa de lucro? Isto depende do movimento da taxa de mais-valor, ou seja, se o aumento do grau de exploração dos trabalhadores será suficiente para compensar a queda da taxa de lucro resultante do aumento da COC.

Para responder tal questão deve ser considerado que no processo de acumulação e expansão do capital a demanda por trabalho cresce (Marx, 2013; Sweezy, 1976). Ao mesmo tempo, a análise também deve perpassar o terreno da luta de classes, pois a elevação na demanda por trabalho maior do que o crescimento da oferta resultará na queda do desemprego. Este fato, geralmente, significa um maior poder de barganha dos trabalhadores, ou seja, quando o desemprego cai, os salários tendem a aumentar, e vice-versa. Cabe salientar que essa não é uma relação mecânica, em que o aumento de um vai levar, necessariamente, à diminuição do outro.

O modo de produção capitalista não cresce linearmente de forma estável, pelo contrário, este sistema é essencialmente instável e contraditório, e a taxa de lucro, que é considerada por Marx (2021) como a força motriz do capitalismo, também flutua, ocasionando ciclos econômicos, com a alternância entre momentos de crescimento e de crise. O capitalismo passa por “ciclos periódicos determinados. Passa por fases de calma, de animação crescente, de prosperidade, de superprodução, de crise e de estagnação” (Marx, 2006, p. 132).

De forma semelhante, Netto e Braz (2007, p. 170, grifos dos autores) afirmam que

A análise teórica e histórica do MPC [modo de produção capitalista] comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é *constitutiva* do capitalismo: **não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise.**

Tendo em vista o esquema de acumulação descrito anteriormente, como D-M...P...M'-D', as mercadorias imbuídas de mais-valor são vendidas por uma quantia de dinheiro maior do aquela inicialmente investida. Entretanto, nada garante que isto realmente irá ocorrer, pelo contrário, uma série de fatores podem prejudicar o movimento do capital. Cada uma das etapas (D-M; M..P..M'; M'-D') pode apresentar algum tipo de empecilho que atrapalhe o movimento de valorização do capital. Por exemplo, a etapa D-M pode não ser realizada plenamente por causa da falta de força de trabalho disponível, ou pela escassez de matéria-prima (capital circulante) ou de bens de capital (capital fixo) no mercado; o processo produtivo M...P...M' pode ser prejudicado por uma greve, pelo extravio da matéria-prima, ou por um erro de produção que resulte em mercadorias defeituosas. Por último, a mercadoria grávida de mais-valor (M') pode não ser vendida por uma quantidade de dinheiro maior (D') do que aquela inicialmente investida (D), podendo, inclusive, não ser vendida.

Percebe-se que existe uma série de fatores que podem ocasionar um desequilíbrio na acumulação de capital. Dentro destes, Marx considera a taxa de lucro como um elemento determinante. Ela representa para o capitalista quanto do seu capital está se valorizando a cada ano (ou rotação) e isso influencia diretamente a taxa de acumulação, tendo em vista que quanto maior a taxa de lucro, maior é o mais-valor apropriado e o mais-valor capitalizado que pode voltar para o ciclo de acumulação. O mais-valor capitalizado representa uma maior quantia de capital constante utilizada no ciclo de acumulação daquela que existia previamente: é a reprodução em escala ampliada, é a demanda em uma magnitude maior por matérias-primas e máquinas, por meio da expansão das unidades produtivas existentes, ou da construção de novas. Dessa forma, uma elevada taxa de lucro tende a resultar numa maior taxa de acumulação de capital.

Por outro lado, a queda da taxa de lucro também pode suceder uma diminuição no mais-valor apropriado e, principalmente, no mais-valor capitalizado; isto afetará o consumo produtivo dos capitalistas (investimento) e a reprodução em escala ampliada do capital, pois o menor dispêndio em capital constante por parte de um capitalista irá prejudicar a acumulação de outros e, se a queda da taxa de lucro for um fenômeno generalizado nos diversos setores da economia, a taxa de acumulação geral da economia será abalada. Nas palavras de Marx (2021, p. 281-282)

Enquanto a taxa de valorização do capital total, taxa de lucro, é o aguilhão da produção capitalista (assim como a valorização do capital é seu único objetivo), sua queda torna mais lenta a formação de novos capitais independentes e, assim, aparece como ameaça ao desenvolvimento do processo de produção capitalista; tal queda promove a superprodução, a especulação, as crises e o capital supérfluo, além da população supérflua.

A partir disso, fica evidente a relação de determinação dos eventos para Marx: é a queda da taxa de lucro que desencadeia uma série de fenômenos, considerados a manifestação da crise econômica (e não a sua causa). Em outras palavras, a essência da crise está relacionada à queda da taxa de lucro, enquanto na superfície é possível visualizar queda dos investimentos, aumento do desemprego, superprodução, falências, especulação e bolhas financeiras.

Apesar da queda da taxa de lucro ser o fator central para o desencadeamento da crise, a sua variação é afetada por alguns elementos que Marx (2021) descreve como contratendências ou causas contra-arrestantes – vide crescimento do exército industrial de reserva, aumento da jornada de trabalho, expansão do comércio exterior, aumento da exploração do trabalho, compressão salarial, barateamento do capital constante e elevação do capital acionário.

Este trabalho afasta-se de outras interpretações marxistas sobre a crise econômica, como a teoria do subconsumo de Rosa Luxemburg (1970), ou da desproporcionalidade entre os Departamentos I (bens de produção) e II (bens de consumo), de Tugan-Baranovsky (1954) e Hilferding (1981). Por outro lado, se aproxima do entendimento de Grossman (2021).

Para Tugan-Baranovsky (1954) e Hilferding (1981), a origem da crise econômica estaria na anarquia da produção capitalista que levaria ao crescimento desproporcional entre os Departamentos I e II. Desse modo, os autores argumentam

que as crises poderiam ser evitadas com o devido planejamento do Estado sobre a produção e alocação dos recursos (SHAIKH, 1983).

Luxemburg (1970) busca explicar a crise econômica a partir dos esquemas de reprodução de Marx (2014), onde a autora argumenta que o problema central para a reprodução ampliada do capital reside na limitação endógena do sistema em realizar mais-valor (condição de subconsumo). A saída encontrada para realização do mais-valor é fora da sociedade capitalista, ou seja, no setor “externo” (não-capitalista).

No sentido da doutrina marxista, a solução é encontrada nessa contradição dialética a acumulação capitalista necessita, para seu desenvolvimento, de um meio ambiente de formações sociais não-capitalistas; avança em constante troca de matérias com elas e só pode subsistir enquanto dispõe desse meio ambiente. (LUXEMBURG, 1970, p. 315).

Em última instância, a sua argumentação dialoga com a ideia de colapso do sistema capitalista, tendo em vista que no momento que o modo de produção capitalista estivesse presente em todas as nações e seus territórios, não seria possível a reprodução em escala ampliada do capital, dada a inviabilidade da realização do mais-valor³. Grossman (2021) irá divergir tanto da leitura de Luxemburg (1970), acerca do subconsumo, como da interpretação de Tugan-Baranovsky (1954) e Hilferding (1981) sobre as raízes da crise econômica – para ele, a essência da crise econômica está na queda da taxa de lucro que deriva do aumento da composição orgânica do capital e não é compensada pelo aumento da exploração.

Apesar de Grespan (2020) caracterizar Grossman como um dos teóricos do colapso, é necessário salientar que Grossman (2021) não defende que o capitalismo irá colapsar “automaticamente”. Para ele, as crises econômicas, ocasionadas pela queda da taxa de lucro, fornecem as condições objetivas para superação do modo de produção capitalista, por meio da ação humana (luta de classes).

Portanto, é evidente que a concepção de uma ruptura, cuja necessidade é objetivamente fundamentada, não contradiz de forma alguma a luta de classes; que, ao contrário, apesar de sua necessidade objetiva, a ruptura

³ Diversos autores criticaram a autora, como é o caso de Grossman (2021), pois essa argumentação abre espaço para o fim do sistema capitalista, independentemente da luta de classes. Foge do escopo deste trabalho adentrar nos aspectos políticos da crise econômica, mas é necessário salientar que esta leitura mecanicista da obra de Luxemburg (1970) está em desacordo com a práxis política da autora. Olhando criticamente a obra e sua postura política, é possível compreender que para Luxemburg a fase imperialista colocaria apenas duas opções para a humanidade, a barbárie ou socialismo, consequentemente, isso não torna a luta de classes irrelevante, pelo contrário, é apenas através da organização da classe trabalhadora que seria possível alcançar o socialismo, evitando a barbárie generalizada.

pode ser fortemente influenciada pelas forças vivas das classes em luta e deixa uma certa margem para a intervenção ativa das classes⁴. (GROSSMAN, 2021, p. 498).

O conceito de crise econômica dentro do pensamento marxista é a razão de grandes controvérsias. Isso se deve ao fato de que Marx, como argumenta Rosdolsky (2001), não ter desenvolvido uma teoria sobre a crise, ou como Grespan (2012) aponta, o conceito de crise aparece fragmentado ao longo da obra de Marx. O presente trabalho entende que a crise econômica decorre da queda da taxa de lucro, a qual atua como força motriz da acumulação de capital, e sua queda é uma consequência da dinâmica inerente ao processo de acumulação. Essa relação entre desenvolvimento das forças produtivas e a diminuição da taxa de lucro, de acordo com Marx (2021, p.297), “tem de ser constantemente superada por meio de crises”. Disto surge a necessidade da crise como um instrumento para dar seguimento a um novo ciclo de acumulação de capital e desenvolvimento das forças produtivas.

A CRISE DE 1973/79 DE ACORDO COM A CONCEPÇÃO MARXISTA

A crise de 1973 colocou em xeque o modelo de crescimento econômico e a ideologia keynesiana que hegemonizou o período pós-Segunda Guerra Mundial nas economias mais avançadas. A partir da década de 1970, essas economias passaram a apresentar taxas mais baixas de crescimento, com forte aceleração da inflação (Anderson, 1995).

Entre 1950-1975, a renda *per capita* dos países desenvolvidos aumentou 3% ao ano, enquanto a produtividade do trabalho cresceu 2 vezes mais rápido do que a máxima histórica, e houve uma enorme aceleração do crescimento do estoque de capital, representando um grande incremento nos investimentos. Na maior parte das principais economias do mundo, o período de 1945-1973 foi marcado pelas políticas econômicas de viés “keynesiano”, e ficou conhecido como Idade de Ouro do capitalismo (GLYN et al., 1991).

⁴ No original: So it is apparent that the conception of a break down, whose necessity is objectively grounded, does not at all contradict the class struggle; that, on the contrary, despite its objective necessity, the break down can be powerfully influenced by the living forces of classes in struggle and leaves a certain margin for the active intervention of classes.

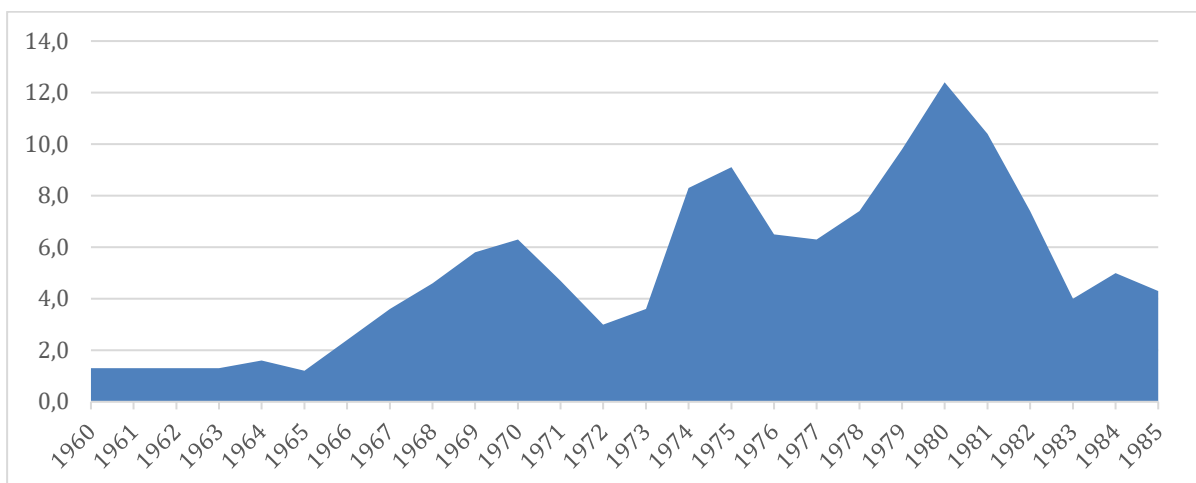
Entretanto, na década de 1970, ocorreu uma inflexão no padrão de crescimento das principais economias capitalistas. Observando a economia estadunidense, ela cresceu 40% no período de 1946-1955; 31% entre os anos de 1955-1965; 36% entre 1965-1973; enquanto, entre 1973 e 1982, cresceu apenas 20% (BEA, 2024). Para além da queda da taxa de crescimento, também ocorre uma aceleração da inflação que salta de 1,3% em 1961 para 9,1% em 1975, e atinge seu pico em 1980, chegando a 12,4% (BLS, 2024b).

O superávit comercial do país caiu de US\$5 bilhões para US\$600 milhões em apenas 3 anos, entre 1965-1968. Neste último ano, com o fim do colchão de reserva de ouro do governo, foi permitida a livre flutuação do preço do ouro em dólares no mercado livre, coexistindo com o preço oficial de que 1 onça de ouro equivalia a US\$ 35; no mesmo ano, o governo eliminou a regra de que 25% da moeda deveria ter lastro em ouro e em 1970 a saída de dólares atingiu o montante de US\$ 6,5 bilhões.

Ainda em 1971, pressionado pela Inglaterra e pela França, o governo Nixon extinguiu a paridade do dólar com o ouro e, em 1973, os países da União Europeia acabaram com o câmbio fixo (Guttman, 1994). Desse modo, um dos pilares do capitalismo no período pós-guerra que garantia maior estabilidade para os preços internacionais foi destruído.

O déficit anual dos Estados Unidos saltou de US\$ 2 bilhões em 1970, para US\$ 20 bilhões nos anos seguintes, enquanto o dólar era desvalorizado em 20% no mesmo período. A desvalorização do dólar realizada propositalmente pelo governo americano, com o intuito de diminuir o déficit comercial, permaneceu até 1979. Para além de pressionar a alta dos preços internamente, pois tornava as importações mais caras, também pressionava o aumento do preço das commodities, as quais eram pagas em dólar. A combinação destes fatores fez com que a inflação atingisse 13,5% em 1980. A saída de capitais dos Estados Unidos entre 1977 e o início de 1978 foi no montante de US\$ 70 bilhões, a onça de ouro saltou de US\$ 200, no fim de 1978, para US\$ 450, em outubro de 1979 (Guttman, 1994).

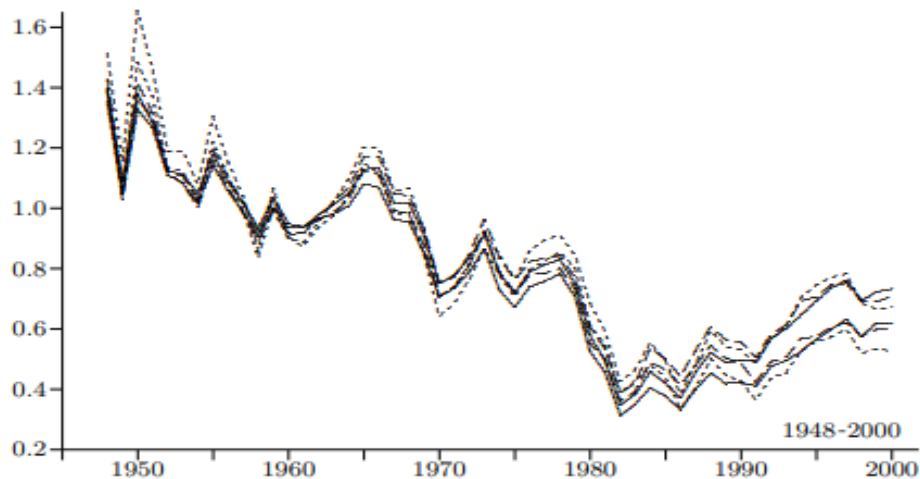
Gráfico 2 – Taxa de inflação (índice de preços ao consumidor) anual dos Estados Unidos (1960-1985).



Fonte: BLS (2024b). Elaboração própria.

A inflação e o grave desequilíbrio monetário estavam relacionados à crise monetária internacional, com a constante desvalorização do dólar em relação ao ouro e às moedas de outros países, como Alemanha e Japão. De acordo com Brenner (2006), esse processo era resultado da queda da lucratividade nos EUA que foi acentuada pela intensificação da concorrência internacional – vide o aumento da entrada das mercadorias alemãs e japonesas no mercado norte-americano. Desse modo, a desvalorização do dólar era uma tentativa de diminuição relativa dos custos de produção para tornar a manufatura estadunidense mais competitiva internacionalmente (Brenner, 2006). A queda da lucratividade se torna visível a partir de 1965, tanto para a economia norte-americana, como para o resto do mundo, como pode ser percebido nos gráficos 3 e 4, abaixo.

Gráfico 3 – Taxa de lucro restrita nos Estados Unidos: seis setores, normalizados em 1 para 1956-1965



Fonte: Duménil e Lévy (2002, p. 8)

Gráfico 4 – Taxa de lucro mundial, 1960-2000



Fonte: Basu et al. (2022, p. 99)

Após o encontro anual do FMI, realizado na Iugoslávia em 1979, Volcker voltou para os Estados Unidos, e dobrou a taxa de juros em pouco mais de três meses, diminuiu o crédito disponível, colocando o país definitivamente em uma recessão econômica (Guttman, 1994). Esse ponto representou concretamente o abandono do

ideário político-econômico que começou na década de 1930, e ganhou maior consistência no período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Mendel (1982), a burguesia monopolista e os Estados imperialistas impactados pelos efeitos catastróficos da grande Crise de 1929-32, como o desemprego em massa, a expressiva queda do produto e dos preços, optaram por estabelecer uma política monetária expansionista e insustentável no longo prazo, mas que no curto e médio prazo fosse útil para lidar com os problemas candentes daquela conjuntura: desemprego, deflação e estagnação da produção. Isso fica evidente na obra de Keynes, tanto na *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (KEYNES, 2017), como em *The means to prosperity* (KEYNES, 1933).

O papel da inflação permanente no capitalismo tardio, de ocultar a redução do valor das mercadorias, de facilitar a acumulação de capital, de dissimular a alta da taxa de mais-valia e de resolver temporariamente as dificuldades de realização por meio da expansão de crédito, depara-se assim, em última instância, com limites intransponíveis. A inflação incipiente deixa então de ser funcional, ou se transforma em inflação galopante. (MENDEL, 1982, p. 308)

Isso que o autor está comentando reflete o período de turbulência que o capitalismo mundial estava passando na década de 1970. A inflação não é um elemento que impede a crise econômica, ela pode apenas adiar este momento. A crise é um momento de higienização do capital, onde as empresas que possuem menor produtividade do trabalho, aquelas que produzem acima do valor médio do setor em que estão inseridas, vão à falência, ou são absorvidas por outras mais eficientes. Na prática, ocorre uma grande queima de capitais e se estabelece um novo cenário para um novo ciclo de acumulação.

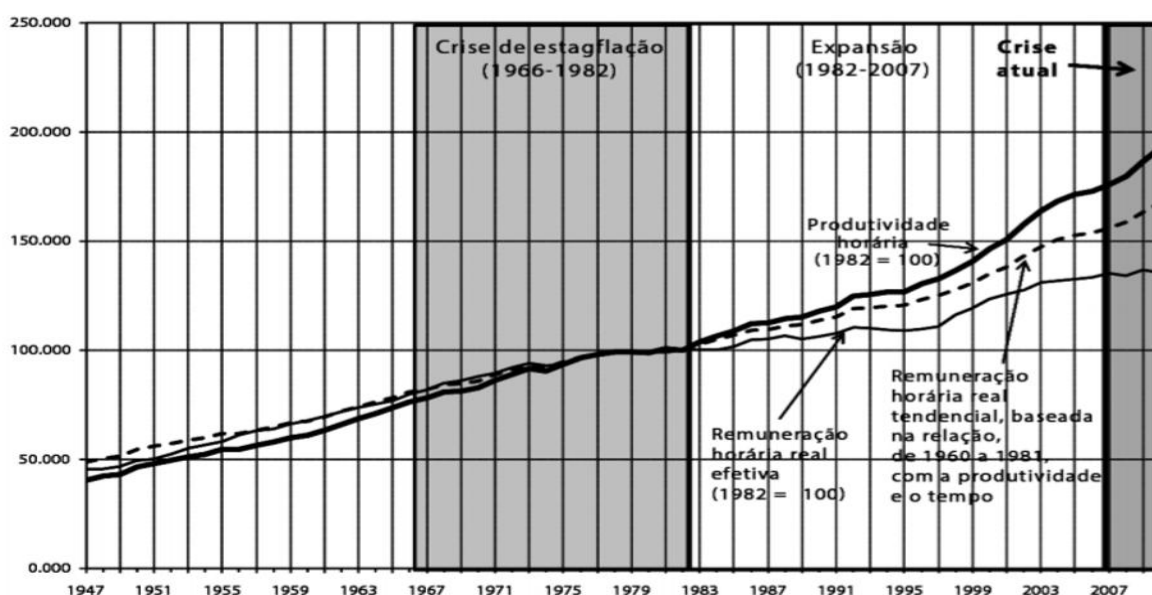
As crises são o modo convulsivo no qual o capital tenta colocar um freio a essa tendência e reconstituir uma situação de equilíbrio (uma taxa de lucro 'aceitável'). Depreciado o capital, liquidada uma parte deste sob a forma de mercadorias invendáveis (máquinas ou artigos de consumo) que se estragam ou são jogadas fora, é possível encontrar uma nova relação entre o capital constante e o variável e reconstituir a taxa de lucro. (COGGIOLA, 2009, p. 139).

O aumento abrupto dos juros foi o mecanismo pelo qual o governo norte-americano acelerou o processo de queima de capital. Ao tornar o crédito mais caro e mais escasso, ficou inviável para as empresas mais endividadas – geralmente aquelas que estão apresentando problemas para sobreviver ao processo concorrencial – a manutenção das atividades produtivas, sendo a única saída a falência. Conforme os dados de Allaman (1984), o número anual de falências nos Estados Unidos era de,

aproximadamente, 8 mil no período 1968-1978, entretanto, entre os anos 1979-83, ocorreu uma explosão, chegando a quase 32 mil por ano. O número de falências a cada 10 mil empresas subiu de, aproximadamente, 21, em 1978, para mais de 100 no início da década de 1980.

Foi a partir da década 1980 que se verificou a recuperação da acumulação de capital. Ocorreu não apenas o aumento da taxa de lucro, mas também a elevação na “taxa de ganho do empresário” – que é a diferença entre a taxa de lucro e a taxa de juros – possibilitando o aumento na taxa de acumulação capitalista. A partir deste período, surgem as medidas “neoliberais” que estancaram o crescimento real dos salários, fazendo com que estes deixassem de acompanhar os ganhos de produtividade, como pode ser visto no gráfico 5.

Gráfico 5 – Salários reais hora e produtividade, setor empresarial dos EUA, 1947-2010 (1982=100)



Fonte: Shaikh (2018, p. 62).

O aumento da taxa de lucro foi essencial para a retomada do crescimento econômico. Desse modo, a crise desempenhou (e desempenha) uma função essencial para o sistema capitalista, tendo em vista que é por meio desta que ocorre tanto a queima de uma grande massa de capital, como o aumento do exército industrial de reserva, o qual coloca os trabalhadores em uma conjuntura mais hostil para reivindicar aumentos salariais.

Essa compreensão é compartilhada por Alan Budd, o antigo conselheiro de Margaret Thatcher, quando este argumenta que a política econômica adotada pela Inglaterra nos anos 80 para combater a inflação serviu para aumentar o desemprego, diminuindo a capacidade de resistência dos trabalhadores e aumentar o lucro dos empresários. Na sua entrevista fornecida para o documentário Pandora's Box (1992, tradução nossa), ele afirma que

[...] pode ter havido pessoas tomando as decisões políticas reais que não acreditaram nem por um momento que essa [aumento dos juros] era a maneira correta de reduzir a inflação. No entanto, elas viram que essa seria uma maneira muito, muito boa de aumentar o desemprego, e aumentar o desemprego era uma maneira extremamente desejável de reduzir a força das classes trabalhadoras. Se você preferir, em termos marxistas, foi engendrado uma crise do capitalismo que recriou um exército de reserva de trabalhadores e permitiu que os capitalistas obtivessem altos lucros desde então⁵.

As políticas macroeconômicas utilizadas pelos governos de Ronald Reagan (1981-1989), nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher (1979-1990), na Inglaterra, são caracterizadas como neoliberais. De acordo com Harvey (2000; 2008a) e Shaikh (2018), estas tiveram um impacto brutal para a classe trabalhadora, tendo em vista que ocorreu o aumento do desemprego e dos empregos precários, estagnação dos salários reais, e perseguição às organizações trabalhistas, como os sindicatos. Ou seja, o capital estabeleceu uma nova base de acumulação a partir da década de 1980 que permitiu o aumento da exploração dos trabalhadores por meio da estagnação dos salários reais.

A crise cíclica do capital verificada na década de 1970 produziu efeitos profundos que levaram à reestruturação do capitalismo, tanto no âmbito estrutural, como superestrutural. O padrão ouro que sucedeu o pós-Segunda Guerra deixou de existir, o dólar perdeu seu lastro no ouro, a política econômica dos Estados imperialistas deixou de almejar o pleno emprego e passou a ser baseada no controle da inflação (Mendel, 1982).

As transformações que sucederam a estrutura do modo de produção capitalista, como é apontado por Harvey (2008a, p. 131), dizem respeito à passagem

⁵ No original, “[...] that there may have been people making the actual policy decisions ... who never believed for a moment that this was the correct way to bring down inflation. They did, however, see that it would be a very, very good way to raise unemployment, and raising unemployment was an extremely desirable way of reducing the strength of the working classes – if you like. That what was engineered there, in Marxist terms, was a crisis of capitalism which recreated a reserve army of labour and has allowed the capitalists to make high profits ever since”.

da “acumulação fordista” para o regime de “acumulação flexível” – alicerçado na flexibilização da produção, do mercado de trabalho, dos produtos e do consumo. Conforme os dados de Hirsch, Macpherson e Vroman (2001), a taxa de sindicalização dos trabalhadores não agrícolas estadunidenses caiu de 30%, em 1964, para aproximadamente 14%, no ano 2000. Ocorreu uma inflexão na variação dos salários reais, de acordo com os dados de Cooper e Mishel (2015, p. 2), ao analisarem os trabalhadores que não possuíam cargos de gerência no setor privado nos Estados Unidos (em torno de 80% da força de trabalho do país). Entre os anos 1948-1973, a produtividade cresceu 96,7%, enquanto o salário real por hora trabalhada, 91,3%; entretanto, a partir de 1973 (até 2013), a produtividade aumentou 74,4% e a remuneração real por hora de trabalho apenas 9,2%.

A queda de lucratividade verificada tanto na maior economia do mundo, os Estados Unidos, como no resto do mundo, a partir do final da década de 1960, desencadeou uma série de problemas econômicos que culminaram na crise econômica na década de 1970. O aperto monetário tornou o crédito mais caro, acelerou o processo de queima de capital (falências) e aumentou o desemprego. O aumento dos juros nos Estados Unidos também impactou os países que possuíam dívidas atreladas ao juros norte-americano, desencadeando uma crise da dívida em diversos países que, para reorganizarem suas economias, tiveram de recorrer ao FMI e ao Banco Mundial e implementar cortes nos gastos sociais e reformas estruturais (Harvey, 2008b). Esses acontecimentos criaram uma nova correlação de forças entre o trabalho e o capital que conseguiu estancar o crescimento dos salários reais após a década de 1980.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi discutida a compreensão marxista acerca da crise econômica, com ênfase na taxa de lucro, bem como a apresentação de outras vertentes marxistas que explicam a crise, como a de Rosa Luxemburg, que prioriza a questão do subconsumo, e de Tugan-Baranovsky (1954) e Hilferding (1981), que enxerga a crise como um resultado da desproporcionalidade entre os Departamentos I (produção de bens de capital) e II (produção de bens e consumo). O presente trabalho compreende que a crise decorre da queda da taxa de lucro, pois esta é a força motriz da acumulação de

capital. Tal entendimento está presente em Marx (2021) e também é compartilhado por Grossman (2021).

Desse modo, a crise surge como um instrumento para dar seguimento a um novo ciclo de acumulação de capital e desenvolvimento das forças produtivas, por meio da queima de capitais, aumento do exército industrial de reserva e diminuição dos salários. As crises possuem um caráter cíclico dentro do sistema capitalista, não podendo existir capitalismo sem crise.

Após a análise em termos abstratos do processo de crise econômica, é discutida a crise econômica da década de 1970 que impactou tanto a maior economia do mundo, os Estados Unidos, como as economias nacionais de modo geral. Foi demonstrado que a queda da taxa de lucro, ainda na década de 1960, desencadeou uma série de desequilíbrios econômicos, como o arrefecimento econômico e o crescimento da inflação que eclodiram em uma crise econômica generalizada.

Os efeitos da crise econômica impactaram profundamente a estrutura do capitalismo e a superestrutura existente. A partir da década de 1980, os Estados imperialistas passaram por um período de inflexão na política econômica, o objetivo deixou de ser a manutenção do pleno emprego, com crescimento dos salários reais, para a estabilização dos preços e estagnação dos salários reais. Ao mesmo tempo, as mudanças nas relações sociais de produção foram marcadas pela passagem do regime de acumulação fordista para a acumulação flexível, alicerçada na flexibilização da produção, do mercado de trabalho, dos produtos e do consumo. Desse modo, a crise do capital da década de 1970 resultou em alterações tanto na estrutura, como na superestrutura do sistema capitalista.

Anderson, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, Emir; Gentili, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

Basu, Deepankar; Huato, Julio; Jauregui, Jesus; Wasner, Evan. World profit rates, 1960–2019. *Review of Political Economy*, v. 37, p. 92-107, nov. 2022.

BEA. Percent change from preceding period in real gross domestic product. Washington: U.S. Bureau of Economic Analysis. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdhuxb5r>. Acesso em: 7 ago. 2024.

BLS. The employment situation – July 2024. Washington: U.S. Bureau of Labor Statistics, 2024a. Disponível em: <https://www.bls.gov/news.release/pdf/empst.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2024.

BLS. Consumer price index for all urban consumers (CPI-U). Washington: U.S. Bureau of Labor Statistics, 2024b. Disponível em: <https://data.bls.gov/pdq/SurveyOutputServlet>. Acesso em: 7 ago. 2024.

Brenner, Robert. *The economics of global turbulence: the advanced capitalist economies from long boom to long downturn, 1945-2005*. London; New York: Verso, 2006.

Coggiola, Osvaldo. As crises econômicas e a teoria marxista. *Revista de Economia Mackenzie*, v. 7, n. 3, p. 96-180, 2009.

Cooper, David; Mishel, Lawrence. The erosion of collective bargaining has widened the gap between productivity and pay. Washington: Economic Policy Institute, 2015. Disponível em: <https://www.epi.org/publication/collective-bargainings-erosion-expanded-the-productivity-pay-gap/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Duménil, Gérard; Lévy, Dominique. The profit rate: where and how much did it fall? Did it recover? (USA 1948-2000). *Review of Radical Political Economics*, v. 34, n. 4, p. 437-461, 2002.

Glyn, Andrew; et al. The rise and fall of the golden age. In: Marglin, Stephen; Schor, Juliet. *The golden age of capitalism: reinterpreting the postwar experience*. Oxford: Clarendon Press, 1991. p. 39-125.

Gorz, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Grespan, Jorge Luís da Silva. História e historiografia das crises. *Revista de História (São Paulo)*, n. 179, p. a12618, 2020.

Grespan, Jorge Luís da Silva. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Grossman, Henryk. *Henryk Grossman works, volume 3: The law of accumulation and breakdown of the capitalist system: being also a theory of crises*. Leiden; Boston: Brill, 2021.

Guttman, Robert. *How credit-money shapes the economy: the United States in a global system*. Oxford: Routledge, 1994.

Harvey, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2008a.

Harvey, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008b.

Harvey, David. *Spaces of hope*. Berkeley: University of California Press, 2000.

Hilferding, Rudolf. *Finance capital: a study of the latest phase of capitalist development*. London; Boston: Routledge & Kegan Paul, 1981.

Hirsch, Barry; Macpherson, David A.; Vroman, Wayne. Estimates of union density by state. *Monthly Labor Review*, v. 124, n. 7, p. 51-55, 2001. Disponível em: <https://www.bls.gov/opub/mlr/2001/07/ressum2.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Hobsbawm, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

Keynes, John. *The means to prosperity*. London: Macmillan, 1933.

Keynes, John. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Saraiva Educação, 2017.

Krugman, Paul. Como os economistas puderam errar tanto? *Revista Econômica*, v. 11, n. 2, p. 15-35, 2009.

Lucas, Robert. Macroeconomic priorities. *American Economic Review*, v. 93, n. 1, p. 1-14, 2003.

Marichal, Carlos. *Nova história das grandes crises financeiras: uma perspectiva global, 1873-2008*. São Paulo: Editora FGV, 2016.

Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital* (e-book). São Paulo: Boitempo, 2013.

Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro 2: O processo de circulação do capital* (e-book). São Paulo: Boitempo, 2014.

Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro 3: O processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2021.

Marx, Karl. *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

Mendel, Ernest. *O capitalismo tardio*. (Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Netto, João Paulo; Braz, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.

Pandora's box (4h36min21s). Direção: Adam Curtis. Inglaterra: BBC, 11 jun. 1992. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cNvgEQ0RHs8>. Acesso em: 4 ago. 2023.

Rifkin, Jeremy. *End of work: the decline of the global labor force and the dawn of the post-market era*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1995.

Rosa, Luxemburg. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

Rosdolsky, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

Shaikh, Anwar. A primeira grande depressão do século XXI. *AnwarShaikhEcon*, 2018. Disponível em: https://www.anwarshaikhecon.org/sortable/images/docs/publications/political_economy/2010/ShaiKh_A%20primeira%20grande%20depress%C3%A3o%20do%20s%C3%A9culo%20XXI_2010.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

Shaikh, Anwar. Uma introdução à história das teorias de crise. *Ensaaios FEE*, v. 4, n. 1, p. 5-45, 1983.

Snowdon, Brian; Vane, Howard. *Modern macroeconomics: its origins, development and current state*. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2005.

Tugan-Baranovsky, Mikhail. Periodic industrial crises: a history of British crises. Excerpts from Part II, "The theory of crises." *The Annals of the Ukrainian Academy of Arts and Sciences in the US*, v. 3, n. 9, p. 745–802, 1954 [1914].

Artigo recebido em 23 de agosto de 2024.

Aprovado em 10 de setembro de 2025.